



O QUE VOCÊ
PRECISA
SABER SOBRE

A LEI N.14.786/2023

CAPACITAÇÃO

OBJETIVO GERAL

habilitar equipes para reconhecer, acolher e conduzir, sem revitimizar, casos de constrangimento/assédio/violência sexual conforme a Lei nº 14.786/2023 (Protocolo Não é Não), normas correlatas e melhores práticas internacionais.

PÚBLICO-ALVO

seguranças, brigadistas, staff de bares e camarotes, recepção/aceso, produção, “stewards”, equipes médicas/ambulâncias, fiscalização, apoio psicossocial, liderança operacional e pontos focais de direitos humanos.

METODOLOGIA

exposição dialogada + estudo de casos + simulações (role-play) + checklist e formulários padrão + pactuação de fluxo local. Avaliação: participação nas simulações (rubrica), estudo de caso escrito e validação do fluxo local.

Módulo 1 — Marco legal e deveres práticos (60 min)

O que a **Lei 14.786/2023** exige do estabelecimento/evento: prevenção, acolhimento, informação e articulação (incl. Selo “Não é Não”).

Convenção de Belém do Pará: devida diligência e direito a uma vida livre de violência.

Lei 12.845/2013 (SUS): atendimento obrigatório e integral a pessoas em violência sexual e articulação com a rede de saúde.

Portaria Interministerial 288/2015 + Norma Técnica MS: registro adequado, coleta/preservação de vestígios e integração saúde-segurança.

CNMP Res. 243/2021 (Política de Atenção às Vítimas): princípios de acolhimento, informação e não revitimização (para articulação com MPs/Ouvidorias).

Lei 14.321/2022 (violência institucional): vedação a procedimentos repetitivos, desnecessários ou invasivos que façam a vítima reviver a violência.

LGPD (Lei 13.709/2018): sigilo de dados, finalidade e minimização no registro do incidente.

Notificação em saúde (SINAN): quando o caso chegar ao serviço de saúde, violência sexual = notificação imediata em até 24h. (Referência para integração do fluxo, não para o time privado fazer.) Serviços e Informações do Brasil

Entrega do módulo: quadro-resumo “o que fazer / o que evitar” com base nas leis.

PROTOCOLO NÃO é não

O QUE VOCÊ
PRECISA
SABER SOBRE
A LEI N.14.786/2023

Módulo 2 — Fundamentos de gênero, trauma e comunicação (60 min)

O que é violência baseada em gênero; mitos comuns; interseccionalidades (raça, idade, deficiência, LGBTQIA+).

Atendimento informado pelo trauma: segurança, escolha/consentimento, confidencialidade, escuta ativa sem julgamento (WHO/UN guidance).

Linguagem e postura: frases-chave, barreiras a evitar, tradução/intérprete quando necessário.

Dinâmica: role-play breve (abordagem no setor de acesso vs. em área de convivência).

Módulo 3 — Procedimentos imediatos no local (90 min)

Primeiros minutos: separar agressor/risco, levar a vítima a área reservada e segura, ofertar água e acompanhante de escolha, nomear uma pessoa-referência (case manager) para evitar repetição do relato.

Coleta de informações mínimas (princípio da minimização/LGPD): o suficiente para acionar o fluxo (sem “investigação” pelo staff).

Preservação de vestígios (se houver suspeita de violência sexual): não trocar/descartar roupas; orientar a não lavar corpo ou escovar dentes se a vítima concordar; acionar o serviço de saúde de referência para exame e PEP/anticoncepção de emergência, conforme Portaria 288/2015 e Norma Técnica MS.

Encaminhamento informado e opções: Delegacia/Polícia, serviço de referência do SUS (24h), rede psicossocial; a decisão é da vítima (salvo risco iminente).

Documentação: registro objetivo do incidente (tempo, local, equipes envolvidas, medidas tomadas), controle de acesso à informação (LGPD).

Dinâmica: checklist guiado e simulação com tempo cronometrado.

PROTOCOLO

NÃO

é não



O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE

A LEI N.14.786/2023

Módulo 4 — Fluxos por cenário (60 min)

4.1 Estádios de futebol

Identificação (steward/segurança) → **2)** Área de acolhimento pré-definida (sala reservada, perto do posto médico) → **3)** Pessoa-referência assume (único ponto de fala) → **4)** Avaliação de risco/medicalização imediata (posto médico) →

5) Decisão informada: i) seguir para Serviço SUS de referência (ambulância/viatura) para assistência integral e eventual coleta de vestígios; ii) registro policial (se desejado ou se houver flagrante) → **6)** Comunicação mínima à coordenação e guarda de registros → **7)** Follow-up: entregar cartão de contatos (rede local/Ouvidoria/MP/OAB/Defensoria).

4.2 Danceterias/casas noturnas

Fluxo semelhante; atenção extra a álcool/drogas (avaliar sintomas, não duvidar do relato; acionar ambulância se necessário). Isolar banheiros/vip para preservar vestígios, câmeras e testemunhas (sem interrogatório).

Biblioteca Virtual em Saúde MS

4.3 Grandes shows/festivais

Prever Ponto Seguro/"safe hub" sinalizado, equipe mista (mulheres), rotas claras até posto médico, rádio-código para não expor a vítima, e parcerias formais com serviços de saúde/segurança pública previamente pactuadas (matriz de contatos). Planalto

Princípio-chave (Lei 14.321/2022): uma única escuta estruturada, centrada na necessidade da vítima; qualquer repetição desnecessária configura violência institucional.

Módulo 5 — Articulação em rede, monitoramento e comunicação (30–45 min)

Como acionar SUS referência (linha de cuidado/plantões), rede psicossocial e transporte seguro; notificação em saúde ocorre no serviço de saúde.

Indicadores do evento: número de atendimentos, tempo de resposta, desfechos (encaminhamento, acolhimento), auditoria de fluxos, treino contínuo.

Comunicação pós-incidente (mídia): proteger a identidade da vítima, mensagem institucional responsável (LGPD/ética).